**Infâncias, espaços da cidade e o direito à participação**

Juliana Carvalho Saraiva de Souza[[1]](#footnote-0)

Julia da Silva de Souza[[2]](#footnote-1)

**Resumo**

O trabalho apresenta pesquisa realizada com crianças que frequentam uma área denominada de Parque, com diferentes espaços, incluindo um parquinho de brinquedos. A motivação se deu a partir da visita de um vereador da cidade do Rio de Janeiro, para expor seu projeto de revitalização do Parque, sem consulta à população. Formulou-se como objetivo conhecer o que pensa e propõe a criança usuária. Fundamenta-se nos Estudos Sociais da Infância Qvortrup (2010); Sarmento (2008); Corsaro (2011) e em Benjamin (1995; 2002). Recorreu-se a documentos legais, como o Estatuto da Criança e Adolescente (Brasil, 1990) e a Convenção sobre os Direitos da Criança (Unicef, 1989). A relação da criança e a cidade e a participação infantil na formulação de políticas públicas se pauta em Aquino (2018), Araújo (2011) e Gobbi et al (2022). Realizou-se entrevistas com 21 crianças e solicitou a elas desenhos sobre o local e propostas. O registro contou com caderno de campo, gravação e fotografia.

Palavras-chave: Criança; Infância; Participação; Políticas Públicas.

**Resumo Expandido**

A delimitação da infância tem se constituído predominantemente com um recorte etário definido em oposição ao adulto - pela pouca idade, imaturidade, incapacidade social. Essa concepção de infância se constrói na Modernidade e “realizou-se segundo o princípio da negação e/ou da exclusão”, como destaca Marchi (2009, p. 232) embasada nos Estudos Sociais da Infância e referenciada em Buckingham (2002 *apud* Marchi, 2009) e Sarmento (2005, 2006 *apud* Marchi, 2009). A autora lembra que foram a pediatria, psicologia do desenvolvimento e pedagogia que formularam “um conjunto prescritivo de saberes” para normatização da infância e a sua condição de tutelado (*idem*, *ibidem*, p. 233).

Investigações sensíveis ao mundo das crianças, suas ações, produções, modos de ser, pensar e existir, permitiram compreendê-las como atores sociais e uma das categorias estruturantes da sociedade (Qvortrup, 2010; Sarmento, 2008; Corsaro, 2011; Marchi, 2009). Outros estudos trazem um aporte teórico de que a condição de infância é justamente a possibilidade de reinventar o mundo por estabelecer uma relação de novidade, experienciando o mundo pela primeira vez é possível inaugurar outros significados, outras perspectivas e subverter a ordem existente (Benjamin, 1995; 2002).

Entretanto, a ciência é um campo em disputa e distintas concepções tensionam o debate e influenciam políticas e práticas.

Com o intuito de contribuir para a possível superação dessa contradição infância sem fala e a que é ator social, apresentamos esse trabalho com o objetivo de pensar tais questões a partir de um projeto proposto por um vereador da cidade do Rio de Janeiro de revitalização de um parque público, localizado no bairro de Anchieta, na Zona Oeste. No mês de abril de 2024, este vereador esteve na escola em que a primeira autora é professora para apresentar sua iniciativa, consistindo na criação de novos espaços, o “Parcão”, destinada a cachorros, e a “Academia da Terceira Idade”, e uma atenção aos brinquedos na área já existente, sem esclarecer o que seria feito. Mediante a indagação sobre a realização de consulta à população local, incluindo a escola, o vereador comunicou que não fizera e não havia tempo para fazê-lo. A partir daí se deu a ideia de investigar junto às crianças sobre o que pensam e desejam em relação ao Parque.

Nesse local a ser revitalizado, há uma unidade de Educação Infantil (CIEP) e, em seu entorno, um parquinho, um campo de futebol, uma quadra de vôlei, uma quadra de tênis, e uma quadra poliesportiva. Os espaços são utilizados por pessoas de diferentes grupos geracionais, dos quais fazem parte crianças da unidade educacional e as moradoras do bairro.

A consulta às crianças do parque se pauta no direito à participação das crianças na esfera política, na tomada de decisão, está assegurado no Brasil através de leis (1990; 2016) e de documento internacional, a Convenção sobre os Direitos da Criança (Unicef, 1989). Entretanto, a infância tem se constituído como espaços dos “ainda não”. Iniciativas públicas como essa, que tomam a criança como objeto da política e não como sujeito social, a serem reconhecidas como cidadãs ativas, com voz e capacidade de intervir no mundo que as rodeia. Mas, a essas infâncias tem sido negado seu direito à participação no planejamento de ações de revitalização desse espaço.

Se a essas infâncias fosse garantido o direito de pensar a revitalizar esse Parque, o que proporiam? Quais seriam suas opiniões e desejos para esse ambiente em que vivem e experienciam cotidianamente?

Para pensar essas questões, entre os meses de abril e maio de 2024, foi realizada uma pesquisa de campo com crianças na faixa etária de três a seis anos de idade e que utilizam o espaço alvo da revitalização. Por ser um local habitado tanto pelas crianças institucionalizadas do CIEP que integra o espaço, como pelas que moram no bairro, a pesquisa ocorreu em dois momentos distintos.

Com as crianças que fazem parte do CIEP, os encontros aconteceram de maneira coletiva, às segundas e quintas-feiras. Se deram no parquinho que integra o espaço alvo da pesquisa, em grupos de quatro crianças e a pesquisadora, sendo que, a cada encontro, o grupo de crianças modificava-se. Ao todo foram quatro encontros e dezesseis crianças participantes.

Os encontros foram marcados previamente com as professoras da unidade escolar que indicaram as crianças para participarem da pesquisa. Em seguida, foi solicitado autorização aos responsáveis legais das crianças e ao começo de cada encontro era explicado às crianças sobre a pesquisa e indagado se elas estavam de acordo. Em nenhum momento houve negativa de criança ou responsável.

Já com as crianças que moram no bairro e frequentam o *lócus* da pesquisa, os encontros aconteceram em fins de semana, de forma individual. Após explicar a pesquisa era feito o convite à participação da criança. Nessa etapa, alguns adultos que acompanhavam as crianças, optaram por participar da atividade junto com sua criança, expressando seus desejos e críticas ao espaço. Outros adultos permaneceram próximos, observando a conversa entre pesquisadora e criança. Ao todo, foram cinco encontros, com cinco crianças diferentes, se dando em diferentes espaços do Parque: dois encontros no campo de futebol, dois no parquinho e um na quadra poliesportiva.

Nos encontros se propôs o que denominamos de *experiências participativas*, solicitando às crianças desenhassem o que desejavam para aquele espaço, e suas narrativas sobre seus desenhos possibilitavam as conversas individuais e coletivas. O registro das conversas se fez em gravações de áudio, que junto com os desenhos, fotografias e anotações no caderno de campo compõem o material da pesquisa.

Na análise do material, foi observado que nas narrativas das crianças esteve muito presente o descontentamento com o estado dos brinquedos, os buracos que têm na pista de corrida e na quadra poliesportiva. Denunciaram ainda a falta de limpeza do local, com lixo que atrapalha a brincadeira.

Os desenhos e as rodas de conversa expõem desejos de melhoria e mudanças no espaço. uma piscina no local foi o item mais solicitado. Foram propostas outras ideias: laboratório para criar robôs; espaço com carrinho de controle remoto e bonecas; parque com brinquedos novos e uma casa; espaço com animais e um lago com peixes para pescar; pista com patinete, bicicleta e moto para as crianças, dentre outros.

Com os resultados da pesquisa se reafirma a condição de atores sociais das crianças, que como todo ser humano, são capazes de pensar e propor ações para os espaços sociais em que elas integram. Desde muito pequenas, as crianças, no convívio social, têm competência para agir e significar o mundo, bem como atribuir novos sentidos.

Dessa forma, o presente trabalho contribui para pensar as crianças como agentes sociais que têm a possibilidade de criar e recriar o mundo, comprometido com planos coletivos de sentidos e significados compartilhados. E que através de seus modos de pensar e agir, podem propor mudanças para os espaços do qual fazem parte.

Ao direcionar o olhar para as infâncias que frequentam o parque em questão, constatamos que mesmo sem terem sido ouvidas no processo de planejamento de revitalização desse espaço, elas apresentaram registros e reflexões muito interessantes. Diante dessa observação, reafirmamos que para pensarmos a cidade como espaço plural, cabe “ter as crianças como ponto de referência” (Gobbi et al, 2022, p. 18), visto que, como afirma Araújo (2011, p. 137), a “[...] invisibilidade de determinados tipos de sujeitos no processo de materialização da cidade é que a esvazia da dimensão pública, dando-lhe uma configuração privada [...]” (Araújo, 2011, p. 137).

Por fim, a pesquisa indica a urgência de considerarmos o protagonismo e a voz das crianças nas políticas públicas. Promover uma agenda contra-hegemônica de participação e cidadania ativa das infâncias, na qual possam realmente ser partícipe da formulação de políticas, especialmente naquelas em que estão diretamente relacionados ao seu cotidiano. Reconhecê-las como agentes sociais e sujeitos sociopolíticos é direito das crianças e representa ampliação do conceito e prática de sociedade democrática quando as consideramos, segundo Aquino (2018), como parceiras na empreitada pela mudança das cidades e juntos indagarmos sobre nossos sonhos e desejos. Que tipo de cidade queremos?

**Referências bibliográficas**

AQUINO, L. M. L. de. lugar das crianças nos debates sobre políticas públicas para a cidade: uma análise dos programas de candidatos à prefeitura do Rio de Janeiro em 2016. In **Educação,** Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 223-231, maio-ago. 2018.

ARAÚJO, V. C. de. A cidade como espaço público de educação e de afirmação da cidadania: a experiência de Vitória/ES, Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** (RBPAE) (Porto Alegre: Anpae), v. 27, n. 1, p. 135-148, jan./abr. 2011.

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas II: Rua de mão única.** São Paulo: ed. Brasiliense, 1995.

BENJAMIN, W. **Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação.** São Paulo: Editora 34, 2002.

BRASIL. **Lei 13257/2016** Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância. Diário Oficial da União. 2016.

BRASIL. **Lei 8069/1990** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal: Coordenação de Edições Técnicas, 1990.

CORSARO, W. A. **Sociologia da infância**. Porto Alegre: Armed, 2011.

GOBBI, M. A.; ANJOS, C. I. dos; SEIXAS, E. C.; TOMÁS, C. As crianças e o direito à cidade: reflexões sobre o inaudível. In GOBBI, M. A.; ANJOS, C. I. dos; SEIXAS, E. C.; TOMÁS, C. **O direito das crianças à cidade**: perspectiva desde o Brasil e Portugal. São Paulo: FEUSP, 2022.

MARCHI, Rita de Cássia. As teorias da socialização e o novo paradigma para os estudos sociais da infância. **Educ. Real.** [online]. 2009, vol.34, n.01, pp.227-246.

QVORTRUP, J. A infância enquanto categoria estrutural. In: **Educação e Pesquisa**. São Paulo, vol. 36, n. 2, 2010, p. 631-643.

SARMENTO, M. J. Sociologia da infância: correntes e confluências. In: SARMENTO, M. J.; GOUVEA, M. C. S. (Org.). **Estudos da infância: educação e práticas sociais**. Petrópolis; Rio de Janeiro: Vozes, 2008. p. 17-39.

UNICEF. **Convenção Internacional dos Direitos da Criança**. Nova Iorque: Unicef, 1989.

1. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro — UERJ, [julianacsouzas@icloud.com](mailto:julianacsouzas@icloud.com); [↑](#footnote-ref-0)
2. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro — UERJ, [judsouzaa@gmail.com](mailto:judsouzaa@gmail.com); [↑](#footnote-ref-1)